

EDITORIAL

Este é o 33º número da RDE que **a partir de agora passa a circular quadrimestralmente nos meses de dezembro, abril e agosto** cobrindo os quadrimestres respectivos. Esta ampliação atende a recomendação de órgãos indexadores e objetiva dar maior vazão a uma demanda reprimida de textos que se acumulam sem espaço nos nossos arquivos visto que limitamos a quinze o número de artigos por edição.

Iniciamos esta edição com um texto que trata da “**Desigualdade e Renda nos Municípios de Porte Médio do Brasil.**” Seus autores utilizando estimativas econométricas, com as variáveis renda per capita em sua forma linear e quadrática e o coeficiente de Gini e de Theil para mensurar a desigualdade de renda, demonstraram que a relação entre a desigualdade de renda e a renda per capita dos municípios de porte médio do Brasil é uma relação no formato de um "U" normal, considerando ainda que a população rural e a formação de capital humano também influenciaram a desigualdade de renda. O segundo texto apresenta “**Uma análise da performance socioeconômica dos municípios baianos**” com base no Índice de Performance Socioeconômica – IPESE. Trata-se um indicador que tem por objetivo medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos à sua população e a qualidade destes serviços prestados. O índice é resultado da agregação de três dimensões: saúde, educação e economia, desmembradas em um conjunto de 16 indicadores. Em uma análise ampla do índice, para o ano de 2012, 36,0% do total dos municípios (150) apresentaram uma performance socioeconômica classificada como ‘baixa’. E para 251 municípios, o desempenho apresentado era ‘médio’, 60,2% na distribuição do total. Contudo, 16 municípios, ou 3,8% do estado, eram classificados com performance ‘alta’, acima de 0,700 pontos no índice. Embora nenhum município se enquadrasse na performance ‘muito baixa’, a frequência acumulada indicou que 96,0% dos municípios baianos apresentaram uma performance socioeconômica classificada com nível ‘médio’ ou ‘baixo’, demonstrando que é grande a carência do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à melhoria dos serviços básicos ofertados à população. O terceiro texto trata da aplicação da “**Lei das águas no Rio São Francisco e dos limites da gestão descentralizada dos recursos hídricos no Brasil.**” Tratou-se de um estudo exploratório que utilizou como procedimento básico a pesquisa documental, através da análise das atas das reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), no período compreendido entre 2002 e 2016 além da revisão de publicações de sites, jornais e revistas locais sobre a temática. Foi possível perceber que, a despeito do nível de implantação dos instrumentos de planejamento e gestão preconizados pela legislação, a atuação do Comitê ainda não possui a autonomia e relevância necessárias para fazer frente aos interesses e determinações do Governo

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII - V.1 - N. 33 - Abril de 2016 - Salvador, BA – p. 4 – 7.



Federal. O quarto texto aborda a questão dos **“Incentivos fiscais e desenvolvimento desigual em Santa Catarina”** concluindo que a participação dos incentivos na expansão econômica do Estado se deu de forma desigual, seguindo a lógica da divisão inter-regional do trabalho levando a sua distribuição a concentrar-se nas mãos de poucas e grandes empresas da região. No quinto texto é abordada a questão da **“Regulação no Brasil ao longo dos anos 1990 e 2000.”** O trabalho que se autointitula de uma exposição dos principais empecilhos e estímulos ao desenvolvimento econômico brasileiro conclui que nos anos 1990, o país adotou políticas neoliberais altamente comprometedoras ao desempenho econômico. Porém, nos anos 2000, essa ideologia começou a se modificar. O estado passou a retomar seu papel de promotor do desenvolvimento, implementando novas modificações nas formas institucionais. As mudanças principais foram observadas no mercado de trabalho e nas políticas sociais. Da mesma forma, a gestão monetário-financeira mostrou-se um pouco menos restritiva. Salienta contudo, que muitos avanços ainda são necessários, especialmente a modificação da forma de inserção do país no regime internacional. O texto seis analisa a inserção da **“Mulher no mercado de trabalho formal da construção civil brasileira”**. Os resultados mostram o avanço da participação feminina no mercado de trabalho formal da construção civil brasileira, com taxa de crescimento ocupacional superior à masculina em todos os setores da construção nos anos em apreço. Em relação às características demográficas e socioeconômicas, pode-se observar concentração de mulheres ocupadas na faixa etária de 30 a 39 anos, em estabelecimentos de microporte e com escolaridade entre o ensino médio e o ensino superior. Ademais, registraram-se participação acentuadamente elevada de mulheres deixando seus postos de trabalho em menos de um ano, além da forte concentração de ocupadas auferindo rendimentos em até 1 salário mínimo.

No sétimo texto examina-se **“As contribuições de Hicks, Samuelson, Lange e Meltzer às raízes da teoria da estabilidade do equilíbrio competitivo de mercado múltiplo.”** Trata-se de uma contribuição teórica exploratória no plano da história do pensamento econômico. O oitavo texto examina a **“Geopolítica e a indústria farmacêutica: diferenciais competitivos entre Brasil e China.”** Objetiva-se com este artigo discutir as principais mudanças na política industrial voltada para o setor farmacêutico no Brasil e na China, com foco nos principais diferenciais competitivos da indústria farmacêutica destes dois países, bem como apontar os principais gargalos da indústria farmacêutica brasileira em relação à chinesa. O trabalho conclui afirmando que a estratégia brasileira de construir um grande mercado interno foi praticamente oposta à chinesa, estando também articulada com grandes firmas internacionais a partir dos anos 1950. Já no final dos anos 1980, especialmente a partir de 1994, a inserção do país no mercado internacional centrou-se não no mercado

interno, mas em uma integração “desde fora” baseada em uma nova internacionalização produtiva, com plena conversibilidade da moeda e abertura indiscriminada da economia. Isto desencadeou um alto coeficiente de importações e um elevado passivo externo, com o crescimento da economia estrangulado pela limitação de balanço de pagamentos decorrente da sua forma de inserção externa. O nono texto apresenta uma **“Análise de um arranjo produtivo local e suas contribuições para o desenvolvimento social e econômico local em uma comunidade de artesãos”**. Nele os autores afirmam que o estudo de caso do Polo Cerâmico do Poty Velho, em Teresina, estado do Piauí, é um exemplo de iniciativa de como o estado e as organizações da sociedade podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas por meio de políticas estruturantes, fomentar o desenvolvimento local e permitir sustentabilidade para diversas famílias envolvidas. O décimo artigo parte de um questionamento. **“Como anda a pobreza na Bahia? O século XXI visto de perto”** O autor responde informando ter ficado comprovado que houve uma redução significativa no número de pobres, creditando este abrandamento em especial, ao Programa Bolsa Família. Quanto à desigualdade de renda, a redução não foi tão robusta quanto a da pobreza, mesmo com a renda domiciliar per capita aumentando 85%. Portanto, ficou evidenciado que a desigualdade de renda é mais difícil de combater do que a pobreza. O décimo primeiro texto apresenta uma **“Análise da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico na Amazônia nos anos de 2000 e 2010.”** Segundo os autores: as políticas públicas realizadas nos municípios do Pará no período de 2000 e 2010, bem como investimentos privados, não foram eficientes e eficazes, na busca de diminuir as discrepâncias socioeconômicas. Concluindo que enquanto persistirem os altos índices de analfabetismo, a insegurança, as péssimas condições da saúde, a alta concentração de renda, os baixos níveis de emprego, os municípios do Pará permanecerão em condições desumanas, sem perspectiva de avanços. O décimo segundo texto apresenta uma **“Análise das exportações da República Democrática do Congo”** fazendo um mix da história daquele país à luz das teorias do imperialismo e da dependência. No que tange a pauta de exportações, conclui que, ao longo de todo período estudado, o Congo continua exportando os bens primários (cobre, minérios e artigos derivados, combustíveis,...) ao passo que importa os bens manufaturados a grande valor agregado. Em outras palavras, a economia do Congo segue ainda a divisão internacional do trabalho descrita pela Cepal. O décimo terceiro texto trata de uma análise espacial da **“Gestão fiscal nos municípios paranaenses.”** A análise da distribuição geográfica permitiu identificar a localização dos municípios com os melhores e com os piores indicadores de gestão fiscal. Durante os períodos investigados foi possível observar que grande parte dos municípios paranaenses apresentou situação fiscal regular ou crítica, sendo que os desdobramentos da crise internacional de 2008 repercutiram nas contas das prefeituras, fazendo com que no ano de

2009 pouco mais de 65% dos municípios obtivessem IGF conceituado com regular. O mapa de desvio-padrão revelou que a média do IGF dos municípios apresentou pouca evolução entre 2006 e 2009 e aumentou levemente no ano de 2013. O décimo quarto texto é um recorte histórico intitulado “**Política e economia no Brasil: 1990 – 2002**”. Estuda as principais configurações, na economia e na política, que foram implementadas no Brasil a partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, até o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Objetiva aquilatar as mudanças ocorridas no país no bojo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, período intermédio entre o fim da ditadura e o novo ciclo iniciado com a chegada do PT ao poder central. O décimo quinto e último artigo desta edição trata das “**Atividades dos serviços no circuito inferior da cidade do Salvador – Bahia**”. Este trabalho, instrumentado por uma metodologia dedutiva e fundamentado na observação empírica e na recuperação de informações em bases primárias e secundárias, analisa o que ocorreu ao modelo de Milton Santos, praticamente meio século após a sua formulação na década de 1960. Conclui que como uma decorrência do desenvolvimento econômico neste período existem mais circuitos distintos, na formação do sistema urbano das cidades dos países do Terceiro Mundo, suplantando o dualismo marxista do autor estudado.

Tenham todos uma boa leitura.

Salvador, abril de 2016

Prof.Dr. Noelio Dantaslé Spinola
Editor-Chefe